

## PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DE FLORES: uma proposta ecológica para a Biblioteconomia

AN ECOLOGIC APPROACH TO LIBRARIANSHIP: a proposal.

ANNA DA SOLEDADE VIEIRA \*

Dupla conceituação de informação ambiental é apresentada: como serviço de informação especializada e como uma metodologia político-filosófica. Enquanto serviço, ela trataria dados fatuais, documentos e informação interdisciplinar, visando apoiar grupos e organizações envolvidos com a proteção e o gerenciamento ambientais (ambiente físico, social e humano), bem como mobilizar a população em favor da causa ecológica. Como metodologia, a informação ambiental se fulcraria em valores filosóficos e culturais para ajudar os indivíduos a perceberem e analisarem a realidade física e social, bem como para apontar as responsabilidades da pessoa humana nesses contextos. Uma abordagem ecológica é, então, sugerida aos cursos de Biblioteconomia, visando à formação de atitude ecológica positiva nos futuros bibliotecários.

---

\* Professora Titular da Escola de Biblioteconomia da UFMG.

## 1. CONCEITUAÇÃO

A questão ecológica, na sua abordagem holística, transdisciplinar e quase anarquista, tem sido citada como típica manifestação pós-moderna; uma resultante histórica, portanto. Em sua faceta dinâmica ou resolutiva de agente histórico, o movimento ecológico propõe uma revolução social, ao mesmo tempo em que desenvolve uma vertente metodológica (a ecologia política), a qual contribui para a análise da realidade, com base em dados fatuais elaborados e em informações de natureza diversa (filosófica, socio-econômica, tecnológica).

Vem-se denominando informação ambiental a esses dados, informações, metodologias e processos de representação, reflexão e transformação da realidade, os quais facilitam a visão holística do mundo e, ademais, contribuem para a compreensão, análise e interação harmônica dos elementos naturais, humanos e sociais.

Um passo além e vê-se que o universo, do ponto de vista de suas unidades ecológicas constituintes, apresenta a seguinte organização hierárquica:

biosfera — bioma — ecossistema — comunidade.

O elemento humano marca sua presença física (consumindo e poluindo) ou intelectual (através da intervenção tecnológica e política) em todos os elementos dessa cadeia. De novo, é a informação ambiental que fornece os dados e metodologias para a reflexão sobre esse processo intervencionista e suas conseqüências.

A relação do homem com a natureza é essencialmente política e, nessa faceta, envolve a utilização, por forças desiguais, de recursos naturais escassos. Essa desigualdade é marcada, a nível internacional, pela polaridade países desenvolvidos **versus** países subdesenvolvidos e, a nível nacional, pela existência de classes

sociais. Dentro desse contexto, a informação ambiental é um instrumento politizante entre a população (como grupo de demanda e controle) e o governo (como gerenciador dos recursos), bem como um agente propulsor de decisões sócio-políticas, no plano nacional e internacional, uma vez que dá sustentação às negociações políticas sobre utilização dos recursos naturais e bens culturais.

Por outro lado, como ética tanto do intercâmbio entre nações e entre indivíduos, quanto da relação entre homens e natureza, a informação ambiental é uma filosofia. Cria valores, orienta julgamentos e determina ações que, a médio e longo prazo, afetam a sociedade como um todo. Tal concepção ética de informação ambiental fez-se necessária ao refletir o impacto causado, nos anos 60, pela tomada de consciência da população de que existe «uma só Terra» — nosso **habitat** — e que ela está ameaçada de colapso total em consequência do direcionamento perverso da tecnologia, do consumismo desmedido da burguesia, da condição de vida inteiramente insalubre do proletariado e da política internacional marcada pelo estilo colonialista. A informação ambiental, como instrumento globalizante, foi adotada pelos grupos de pressão (organizações ambientalistas voluntárias e bibliotecárias politicamente atuantes) para conscientizar e dar poder ao cidadão, à comunidade, aos grupos profissionais e, por extensão, à sociedade como um todo, a fim de pressionarem os governos no sentido da adoção de políticas humanas e sociais justas e orientadas pelo respeito às salvaguardas ecológicas.

Do ponto de vista da prática bibliotecária, a inserção da informação ambiental entre as diversas sub-áreas demanda um retorno à hierarquia do universo, acima apresentada. Ali, por analogia, pode-se concluir que a informação ambiental constitui a base da ação bibliotecária (porque holística), precede e abarca a informação

para a cidadania que, por sua vez, engloba e direciona para a cidadania, que, por sua vez engloba e direciona politicamente a informação comunitária, a informação para o consumidor e muitos outros tipos de serviços de caráter social modernamente oferecidos pelos bibliotecários à sociedade. Indo além do simples conhecimento e incluindo um sistema de valores que norteia uma atitude face à vida e à sociedade, a informação ambiental difere, pois, e vai muito além de um puro serviço bibliográfico setorial, como aqueles (de caráter prático), voltados para a informação tecnológica ou biomédica, por exemplo. É através dela que o bibliotecário mais diretamente tem espaço para atuar politicamente, na formação de uma consciência crítica da população e, assim, influenciar na política do país e na defesa da sobrevivência do próprio Planeta.

Ainda que fornecendo suporte a tantos outros serviços, a informação ambiental é uma das sub-áreas mais recentes da Biblioteconomia. Sua sistematização acompanha a evolução do próprio movimento ecológico: surgindo ao redor de 1960, com um caráter romântico, afirma-se como campo específico, nas linhas política, científica e tecnológica e ganha amplitude quando associa ecologia e desenvolvimento sócio-econômico.

## 2. AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Até o final da década de 60, a questão ambiental restringia-se à conservação da natureza e o discurso ecológico refletia apenas a visão dos países capitalistas centrais. Cuidavam esses de combater a poluição industrial em seus territórios, ao mesmo tempo em que tentavam deter seja o desenvolvimento industrial, seja diretamente o maior consumo dos recursos naturais dos países periféricos — «reserva» futura da humanidade.

Buscando argumentos convincentes, reviviam velhas teorias ao lado das recém-criadas: o Clube de Roma retomava Malthus, outro grupo conservacionista fazia a apologia do crescimento zero, enquanto os defensores de tecnologias intermediárias (tendo Schumacher como porta-voz) proclamavam a beleza de ser pequeno.

Nessa atmosfera anti-desenvolvimento e face à grave deterioração ambiental do planeta, a ONU convoca os países-membros para a Conferência sobre o Ambiente Humano, a ser realizada em Estocolmo, em 1972, e preparada por reuniões especializadas, como o painel de Founex, em 1971. Aí surge uma posição conjunta do Terceiro Mundo que transformaria a qualidade ambiental em um aspecto parcial e conseqüente do desenvolvimento socio-econômico, proclamando ainda que a pior forma de poluição é a pobreza. Essa nova posição contagiou posteriormente o plenário da Conferência de Estocolmo e passou a ser a tônica da discussão ambiental desde então, principalmente quando veiculada por vozes do Terceiro Mundo. Por outro lado, os países incluídos neste bloco foram conclamados a orientar seus programas para um crescimento que respeitasse o ambiente natural e o humano, como fundamentos da qualidade de vida.

### 3. PRÁTICA DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL

Face à nova concepção político-ambiental, dois tipos básicos de informação vêm sendo demandados dos bibliotecários militantes nessa área, em países do Terceiro Mundo:

- a) informação gerencial para administração do ambiente físico e social: inclui informação tecnológica, econômica e social e se destina basicamente aos órgãos do Governo encarregados dos diversos setores ambientais (recursos naturais, desenvolvimento industrial, saúde, habitação, educação, etc.). A informação

ambiental para esse grupo oficial constitui-se de uma mescla de dados tecnológicos, demográficos e econômicos, como base para decisões sobre política social ou tecnológica e para orientação de ações tanto na esfera governamental quanto no âmbito empresarial;

- b) informação de caráter político e de caráter prático-vivencial, ambas voltadas para a população como um todo, a fim de conscientizá-la de seus direitos em relação aos bens naturais e sociais, assim como de seus deveres para com a sociedade e o respeito para com o frágil sistema natural. Tomando como ponto de partida essa informação ambiental para o público, surgiram serviços de informação para a cidadania, de informação utilitária e de informação para o consumidor, todos eles com um caráter marcadamente político e, em última instância, defendendo a sobrevivência do planeta Terra e o estabelecimento de condições dignas de vida para a humanidade.

Em ambos os casos (a e b), porém, a informação ambiental tem como fundamento a igualdade de direitos entre cidadãos de diferentes classes sociais e como objetivo melhorar a qualidade de vida da população. Da mesma forma, no plano internacional, o livre fluxo da informação entre os povos, o direito dos países periféricos ao desenvolvimento e a convivência pacífica entre as Nações são metas para aqueles que trabalham com a informação ambiental.

## CONCLUSÃO

Juntamente com os meios de comunicação de massa, a biblioteca, o museu e os centros referenciais vêm sendo citados como instrumentos capazes de promover a educação ambiental da população. Duas propostas estão aí englobadas por aqueles que vêem essa área como o espaço ótimo para o bibliotecário exercer sua missão de educador:

- que o profissional da informação comunique a seu público, por meios diversos, a nova concepção de qualidade ambiental, onde se ressalte a importância da pessoa humana, o respeito pela natureza e o princípio da interdependência natural e social;
- que o bibliotecário se informe sobre as questões ambientais e participe do movimento ecológico, tornando-se ele mesmo ativista dessa causa universal.

Por outro lado, se a informação ambiental (enquanto doutrina e método) é aceita como ética das relações sociais e da relação homem — natureza, bem como **política** da utilização de recursos naturais escassos por forças desiguais, pode-se propor que a mesma seja considerada uma filosofia política da Biblioteconomia, negando-se, destarte, sua ingenuidade até agora vigente e adotando-se uma perspectiva crítica e analítica. Isto posto, tornaria a informação ambiental em um componente fundamental da formação dos profissionais da informação, não necessariamente como disciplina, mas como uma metodologia filosófico-política da análise da realidade e como uma atitude a ser formada ao longo do curso em reflexões proporcionadas por todas as matérias. Alunos e professores cresceriam juntos, podendo ser esse um dos muitos caminhos para se apagar da imagem do bibliotecário as tradicionais pechas de inércia e de neutralidade.

«Quem sabe faz a hora, não espera acontecer».

VANDRÉ

**A twofold conceptualization of environmental information as a specialized information service and as a politic-philosophic methodology. Whilst an information service, it deals with factual data, documents and interdisciplinary information to support groups and organizations in charge of con-**

servation and management of environment (physical, social and human) and to mobilize population in favour of ecological issues. While a methodology, it bases itself on philosophical and cultural values to help individuals in perceiving and analysing physical and social realities, and to highlight human responsibilities within those contexts. An ecological approach is then suggested to be adopted by library schools in developing a more environment-oriented attitude in future librarians.